

A Ética da Dívida

JORNAL DO BRASIL

*Divida
Gêmea*

UMA Visão Ética da Dívida Internacional é o documento que está saindo dos prelos do Vaticano, e que será encaminhado a chefes de Estado, ministros, organizações internacionais, empresários, banqueiros, etc. É fácil imaginar a repercussão de um tal documento — pois este é um terreno onde a ética desemboca diretamente na política e na economia. Pecaria por excesso e precipitação, entretanto, quem quisesse transformá-lo logo num “cavalo de batalha”, e de formulações éticas extrair slogans de “combate”.

Por mais que, nesse caso, um plano interfira no outro, o Vaticano não está — nesta e em outras oportunidades — saindo do seu papel, que é basicamente o da afirmação de princípios. A dívida externa pode ser um problema escalofriante; pode influenciar diretamente a vida cotidiana de dezenas de países; mas o documento de agora não deixa de ser a continuação e um desdobramento do pensamento da Igreja aplicado às questões sociais — uma forma de preocupação que tem o seu primeiro marco histórico na **Rerum Novarum** de Leão XIII.

A dívida de alguns países para com outros tomou, nos últimos tempos, feições dramáticas. Mas o problema não é tão novo como se tenderia a acreditar. Leia-se o Eça de Queiroz das **Cartas de Inglaterra**, e lá está a aflição do clássico luso ante as “debêntures” que o Egito devia pagar às potências da época — sendo que, naquela época, à crise das “debêntures” podia seguir-se imediatamente a aparição ameaçadora das canhoneiras, que deram nome a um estilo diplomático.

Tudo se resume, afinal, na relação entre países ricos e países pobres — paralelo das relações entre indivíduos mais ou menos aquinhoados. Essa relação existirá sempre — sendo utópico imaginar uma época em que todas as regiões do mundo terão o mesmo nível de vida. Há momentos agudos de desequilíbrio, entretanto; e o que estamos vivendo bem pode ser um deles. Na linha do que já foi escrito por eminentes pensadores e sociólogos, o Vaticano adverte para o interesse comum numa solução que preserve a dignidade dos povos. Indo além dos números frios, não apenas se evitam graves problemas políticos, como se estabelece um fluxo mais saudável de atividade econômica, que colabora forçosamente para o equilíbrio e a própria estabilidade do cenário internacional.

Isto quanto aos princípios. Passar dos princípios à realidade concreta, entretanto, não é uma operação primária. Há muito mais harmonia no reino das idéias de Platão do que nos diversos

reinos da terra — o que não impede que um deles (o mais elevado) influencie ou inspire os demais.

O caso do Brasil é bem típico. Toda a política recente do Governo foi pautada numa enérgica recusa da “ortodoxia” do FMI. De um momento para outro, começam a surgir vozes afirmando que, para o Brasil, pode ser mais barato e mais interessante entrar, afinal, em acordo com o Fundo. É opinião bastante polêmica; mas se, nesse assunto, o caminho a tomar fosse cristalino, não estaríamos enfrentando as dúvidas de agora.

Caso quase idêntico é o da Argentina. Impregnado de legitimidade eleitoral, o Governo Alfonsín rompeu todos os laços com o FMI. Mais tarde, mudou de rumo, e trocou a retórica pelo pragmatismo. O problema brasileiro é mais sofisticado que o argentino na medida do próprio crescimento da nossa economia. O Brasil tem orgulho de ser, hoje, uma das dez maiores economias do planeta. Há um preço a pagar por esse destaque; e há consequências concretas, como a integração cada vez maior da economia brasileira no fluxo internacional de negócios. O jogo que o Brasil está fazendo é cada vez menos uma estrada de mão única; o diálogo substitui o “fato consumado” — a que o Brasil de outras épocas, muito mais pobre, tinha de se curvar.

O Brasil “quase potência” tem de escolher os seus rumos. Vai situar a sua meta em posições retóricas que o transformem no “líder do Terceiro Mundo”? Ou, sem esquecer a sua solidariedade para com as nações mais pobres, vai assumir a sua condição de Estado com interesses nos diversos mundos?

O documento do Vaticano chega num momento interessante — e importante — da discussão brasileira. Não faltam indícios de que, até agora, vínhamos transferindo para o exterior mais divisas do que teríamos condições de remeter. Parece próximo o momento em que decisões importantes terão de ser adotadas a esse respeito. Para a complexidade do problema brasileiro, entretanto, seriam desastrosas soluções adotadas com base na precipitação, no passionalismo ou no simples amadorismo. Neste sentido, a oratória é muito mais atraente e muito mais cômoda para o Presidente Alan Garcia do que para o Presidente José Sarney — o que, aliás, se percebe facilmente examinando a retórica desses dois chefes de Estado. Não é só o gosto literário que torna o Presidente Sarney mais discreto.